

RODOLFO DE CAMARGO MANCUSO

INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS

A luta contra a dispersão
jurisprudencial excessiva

2^a
edição

Revista, ampliada
e atualizada

2019



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa e Diagramação: Marcelo S. Brandão (santibrando@gmail.com)

• A Editora JusPODIVM passou a publicar esta obra a partir da 2.ª edição.

M268i Mancuso, Rodolfo de Camargo.
Incidente de resolução de demandas repetitivas / Rodolfo de Camargo Mancuso – 2.
ed. rev. ampl. e atual. – Salvador: Editora JusPodivm, 2019.
400 p.

Bibliografia.

ISBN 978-85-442-2772-5.

1148367

1. Direito Processual Civil. I. Mancuso, Rodolfo de Camargo. II. Título.

CDD 341.46

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

Nota Introdutória	9
-------------------------	---

PRIMEIRA PARTE**Capítulo I**

Qualificação jurídico-processual do IRDR.....	17
1. Aclaramento inicial: distinção entre jurisprudência e precedente	17
2. O precedente obrigatório, frente aos princípios da legalidade e da separação entre os Poderes.....	27
3. O IRDR no contexto da tutela plurindividual.....	39

Capítulo II

As exigências de coerência interna do sistema e de unitariedade do Direito	53
1. Distinção entre normas científicas e normas jurídicas	53
2. A inevitabilidade da interpretação das normas jurídicas e a virtualidade do dissídio exegético	60
3. O conteúdo substancial do princípio constitucional da igualdade.....	71

Capítulo III

Tendência contemporânea à padronização decisória e à força obrigatória de produtos judiciais otimizados. Contraponto entre eficácia e eficiência da prestação jurisdicional	83
---	----

Capítulo IV

Meios e expedientes preordenados à prevenção ou superação da divergência jurisprudencial e ao tratamento igualitário de demandas seriais e recursos isomórficos	97
---	----

Capítulo V

A tensão entre a estabilidade da interpretação da norma legal e a tendencial evolução dos valores e ocorrências sociais.....	107
---	------------

Capítulo VI

A prevenção/superação da divergência jurisprudencial	119
1. Dissídio ao interno dos Tribunais.....	119
(i) Incidente de uniformização de jurisprudência (CPC/1973).....	119
(ii) Embargos infringentes (CPC/1973) e seu sucedâneo no CPC/2015	123
(iii) Embargos de divergência no STF e no STJ e embargos no TST.....	127
(iv) Incidente de assunção de competência.....	132
(v) incidente de arguição de inconstitucionalidade	137
(vi) Questões de Ordem no Pleno ou Órgão Especial	147
2. Dissídio entre tribunais.....	152
(i) Decisões-quadro do STF e STJ nos RE's reconhecidos com repercussão geral e nos REsp's afetados como representativos da controvérsia.....	152
(ii) Recurso de revista no TST	160
(iii) Recurso especial pela alínea c do art. 105, III, da CF	165

Capítulo VII

Divergência local/regional: o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas no CPC	175
1. A inserção do IRDR na seara do dissídio jurisprudencial.....	175
2. Pressupostos e precisões conceituais.....	180
3. Categorização processual.....	189
A) Ação coletiva, concomitante ao trâmite de demandas individuais.....	191
B) Incidente de coletivização.....	195
C) Instrumento de padronização exegética de questão de direito replicada em demandas seriais: espécie do gênero tutela plurindividual	199
4. O contributo das experiências inglesa, alemã, portuguesa e da Corte Europeia de Direitos Humanos.....	208
5. As eficácias panprocessual e extraprocessual da tese jurídica firmada no IRDR....	219

6. A afirmada influência do <i>Musterverfahren</i> alemão no ideário e configuração processual do IRDR.....	227
7. A expandida irradiação dos efeitos do acórdão em IRDR, projetando eficácia análoga à da norma legal.....	237

SEGUNDA PARTE

Comentários aos arts. 976 a 987 do CPC/2015.....	251
Considerações Conclusivas.....	377
Bibliografia	383